

GAZETA MERCANTIL  
3 DEZ 1985

GAZETA MERCANTIL

# A Constituinte é prioritária

3 DEZ 1985

por Helena Dalto  
de Brasília

A mobilização popular em favor de eleições presidenciais diretas para 1986, anunciada pelo PDT e o PT, não surtirá efeito, pois a opinião pública e os partidos estão mais interessados em eleger os constituintes. Essa é a opinião de alguns ministros, governadores e de assessores do Palácio do Planalto.

"Colocar o depois antes do antes" ou "o carro na frente dos bois" foram as expressões utilizadas ontem pelos ministros da Educação, Marco Maciel, e da Justiça, Fernando Lyra, sobre a proposta de eleições diretas no próximo ano e a consequente redução do mandato do presi-

dente José Sarney. Lyra qualificou a proposta de "descabida" e Maciel disse que só a Constituinte pode deliberar sobre mandato presidencial e data para eleições diretas, lembrando que as diretas já foram instituídas pela mensagem de Sarney enviada ao Congresso, propondo o fim do Colégio Eleitoral.

O ministro da Educação disse, ainda, que é prematuro examinar esse assunto hoje, pois a Constituinte poderá, inclusive, mudar o sistema de governo, o que anularia qualquer discussão sobre mandato presidencial. Maciel defende o sistema presidencialista mas acha que deve haver modificações na ação do Congresso Nacional, para

que o Legislativo possa deliberar sobre matérias e também fiscalizar as ações do governo com maior eficiência.

"A sociedade está mais interessada na Constituinte, pois é ela que vai selar o grande pacto social do País. Sinto que há crescente apoio da opinião pública ao governo do presidente José Sarney, que busca o desenvolvimento econômico e o crescimento social do País", disse Marco Maciel. Essa é também a opinião do governador do Ceará, Gonzaga Mota, para quem "o PT e o PDT têm o direito de lutar por eleições diretas em 1986, mas é preciso dar tempo ao presidente José Sarney, que tem apenas nove meses de gover-

no, para que possa administrar o País com tranquilidade".

Os assessores do Planalto e o secretário de Imprensa, Fernando Mesquita, têm reiterado que a bandeira do PT e do PDT de eleições diretas não assusta o governo, nem mesmo a adesão de parlamentares à proposta de emenda constitucional que circula no Congresso com esse objetivo, articulada pelo deputado Wilmar Pallis (RJ), ex-malufista, atualmente sem partido. O ministro Fernando Lyra tem a mesma opinião: "Essa questão não é preocupante".

No Planalto, há ainda a tese de que eleições diretas no próximo ano ou redução do mandato presidencial só se viabilizariam mediante "golpe de estado ou militar", pois, até a Constituinte, o mandato presidencial permanece de seis anos.